



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10680.009774/2007-22  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-004.310 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 10 de fevereiro de 2015  
**Matéria** CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
**Recorrente** ESTADO MG SECRETARIA EST DE SAUDE  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

**Período de apuração: 01/08/1196 a 31/01/2005**

**NORMAS GERAIS. RENÚNCIA, DESISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.**

O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do recurso.

No presente caso, como confessado pela parte, a ação judicial e o acordo entre a contribuinte e a União, conforme determinação regimental, configuram a desistência do recurso, motivo do seu não conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

*(assinado digitalmente)*

Luiz Eduardo de Oliveira Santos

PRESIDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO NA DATA DA FORMALIZAÇÃO.

*(assinado digitalmente)*

Marcelo Oliveira

Relator *ad hoc* na data da formalização.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: MARCELO OLIVEIRA (Presidente), DANIEL MELO MENDES BEZERRA, CLEBERSON ALEX FRIESS, NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS, MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR, ADRIANO GONZÁLES SILVÉRIO.

## Relatório

Conselheiro Marcelo Oliveira - Relator designado ad hoc na data da formalização

Para registro e esclarecimento, pelo fato do conselheiro responsável pelo relatório ter deixado o colegiado antes de sua formalização, fui designado AD HOC para fazê-lo.

Feito o registro.

Na presente NFLD estão sendo cobrados os débitos referentes às contribuições destinadas à Seguridade Social relativas à parte dos segurados, bem como à parte patronal, incidentes sobre as remunerações pagas ou creditadas a segurados contribuintes individuais (trabalhadores autônomos) e segurados empregados (estagiários em desacordo com a legislação específica e trabalhadores contratados mediante contrato administrativo) – no período de 08/1996 a 12/2004, conforme relatório fiscal às fls. 56 a 60.

Não concordando com o lançamento, a autuada apresentou impugnação, na forma das fls 167 e ss.

A Delegacia da Receita Previdenciária em Belo Horizonte exarou a decisão de fls. 198 a 209, mantendo o lançamento fiscal.

Não concordando com a decisão de primeira instância, o autuada interpôs recurso, fls. 204 a 220.

Não foram apresentadas contrarrazões pelo órgão fazendário.

Em análise dos autos, o CARF decidiu, segundo a Resolução 2302-000196, fls. 0230, converter o julgamento em diligência, a fim de:

*Desse modo, deve o julgamento ser convertido em diligência para que seja juntada cópia da petição inicial do mandado de segurança, bem como do acordo judicial. Também deve ser informado se o presente auto de infração está incluído no Parcelamento Especial. Após juntadas das informações deve ser oportunizado prazo para que o Estado de Minas Gerais se manifeste acerca dessa Resolução, bem como dos dados juntados.*

Os documentos solicitados foram juntados e a fiscalização emitiu parecer, com a seguinte informação:

*1. Em cumprimento à diligência determinada pela 3<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, conforme Resolução nº. 2302-00.127, relativa a NFLD nº 37.062.841-1, juntamos ao presente cópia do Mandado de Segurança – Proc. Nº. 1999.38.00.017818-2 e do Acordo Judicial celebrado entre União e o Instituto Nacional do Seguro Social –INSS e o Estado de Minas Gerais.*

*2. Conforme planilha encaminhada pelo Estado, através do ofício nº101/2011, também juntada ao presente, a NFLD em referência, **foi apenas parcialmente incluída no parcelamento.***

*3. Cópia deste despacho está sendo encaminhada ao contribuinte para ciência e manifestação no prazo de 30 dias a contar da data do recebimento.*

A contribuinte foi cientificada e manifestou-se, fls. 0295, informando que o crédito em litígio foi objeto de acordo e está parcelado.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Relator, Relator

Conselheiro Marcelo Oliveira - Relator designado ad hoc na data da formalização.

Para registro e esclarecimento, pelo fato do conselheiro responsável pelo voto ter deixado o CARF antes de sua formalização, fui designado AD HOC para fazê-lo.

Esclareço que aqui que utilizarei do registro em ata do que foi decidido.

Feito o registro.

Quanto ao conhecimento, cabe esclarecer questão.

A contribuinte confessa sua dívida e afirma que o parcelamento foi efetivado.

Assim, determinação do Regimento Interno do CARF define a questão:

*Art. 78. Em qualquer fase processual o recorrente poderá desistir do recurso em tramitação.*

*§ 1º A desistência será manifestada em petição ou a termo nos autos do processo.*

*§ 2º O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do recurso.*

*§ 3º No caso de desistência, pedido de parcelamento, confissão irretratável de dívida e de extinção sem ressalva de débito, estará configurada renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo, inclusive na hipótese de já ter ocorrido decisão favorável ao recorrente*

Portanto, há desistência do recurso, motivo de seu não conhecimento.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto,

Voto por não conhecer do recurso, nos termos do voto.

Foi assim que o conselheiro votou na sessão de julgamento.

*(assinado digitalmente)*

Marcelo Oliveira

Relator *ad hoc* na data da formalização.